



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Gestão e organização da escola com ênfase em supervisão escolar

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso.....	3
3. Público-Alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso.....	4
7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
8. Estágio Não Obrigatório.....	8
9. Matriz Curricular	10
10. Carga Horária.....	11
11. Conteúdo Programático	11
12. Infraestrutura Física e Pedagógica.....	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Gestão e organização da escola com ênfase em supervisão escolar

Área de Avaliação (CAPES): Educação

Grande Área (CAPES): Ciências Humanas (7.00.00.00-0).

Área do Conhecimento (CAPES): Educação (7.08.00.00-6).

Classificação OCDE: Educação

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

Com base nos artigos 64 e 65, parágrafo único da LDB, Lei nº 9.394/1996, somente o profissional graduado em Pedagogia e com experiência no magistério possui habilitação plena para o exercício de funções relacionadas à gestão educacional básica, salvo os profissionais na condição de Pós-Graduado em Educação e experiência docente, atendidas às normas estabelecidas por cada sistema de ensino.

Este curso atende a todas as exigências do MEC, mas não se propõe a atender legislações específicas dos estados. Cada interessado deverá fazer o estudo comparativo entre o currículo proposto pela nossa instituição e as exigências da Secretaria de Educação de seu estado, quando for o caso. Assim, é de responsabilidade do verificar as exigências do sistema de ensino onde pretende atuar na gestão educacional, bem como os editais de concursos para se certificar de que o curso atenda as prerrogativas exigidas.

3. Público Alvo

O Curso destina-se aos profissionais com formação superior nas diversas áreas de conhecimentos, que atuam na Educação, especialmente como Supervisores de Ensino, e demais interessados que buscam o desenvolvimento de aptidões e habilidades nas áreas de gestão e gerência educacional.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

A escola precisa ser estudada sobre a organização do seu trabalho, tratando-se, portanto, da administração escolar, assunto que envolve a organização do trabalho pedagógico e técnico-administrativo.

A organização escolar é um elemento a ser estudado por se tratar de uma construção social efetivada pelos professores, alunos, pais e integrantes da comunidade local, tendo assim, um interesse público e toda uma intencionalidade na sua forma de existir.

O tipo de gestão que se propõe na atualidade é a democrática, aquela que pressupõe a participação dos sujeitos acima citados. Este modelo de gestão foi indicado na Constituição Federal de 1988 como um dos princípios para a educação brasileira, sendo regulamentada por leis complementares como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional da Educação, em seu artigo 22.

Diante do exposto, não basta conhecer a teoria da no seu aspecto conceitual, mas compreender que a democratização da gestão escolar é condição estruturante para a qualidade e efetividade da educação, por possibilitar à escola criar vínculos com a comunidade onde está inserida, no intuito de concretizar um currículo que atenda à realidade local, tendo em vista a melhoria e ampliação da aprendizagem e desenvolvimentos dos estudantes.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Formar profissionais para atuar nos diferentes níveis de administração e planejamento da educação, seja como administrador, supervisor ou orientador educacional.

6.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver habilidades para agir no processo de gestão dos espaços educativos, seus paradigmas e tendências na ótica da organização do trabalho pedagógico.
- Capacitar os participantes a agirem na ação administrativa, como instância mediadora entre a instituição educacional e a realidade do mundo atual, num processo de formação humana e mudanças sociais.
- Avaliar o impacto das políticas de gestão da educação na autonomia da escola, na democratização e na qualidade da educação.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubilamento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Gestão democrática e interfaces com os espaços educativos	0h	40h	40h
O projeto político pedagógico e a gestão escolar	0h	40h	40h
A tecnologia e outros paradigmas da gestão escolar	0h	40h	40h
Gestão escolar, políticas e legislação educacional	0h	40h	40h
As relações entre a práxis e a formação docente	0h	40h	40h
Políticas de avaliações externas e institucionais	0h	40h	40h
Legislação e políticas públicas de inclusão e multiculturalidade	0h	40h	40h
As afinidades eletivas entre currículo e sociedade	0h	40h	40h
Formação e prática do supervisor escolar	0h	40h	40h

10. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Gestão Democrática e Interfaces com os Espaços Educativos

Ementa: Gestão escolar e suas características: Gestão Participativa, Gestão Democrática, Autonomia Escolar e Descentralização Administrativa; Conceito de gestão democrática: trabalho coletivo e colaborativo como constitutivo do princípio educativo e do trabalho docente; A atuação do gestor

escolar: gestão pedagógica, gestão administrativa, gestão da comunidade; desafios da gestão do século XXI: formação continuada, educação 4.0 e as transformações na educação;

Competências e Habilidades:

- Conceituar o modelo de gestão democrática e suas principais características;
- Identificar as principais características da gestão pedagógica;
- Identificar as principais características da gestão administrativa;
- Identificar as principais características da gestão da comunidade;
- Discutir sobre os principais desafios para a gestão do século XXI e apresentar as ações necessárias do gestor no desempenho da sua função.

Conteúdo Programático:

- **Conteúdo Programático 1:** Gestão escolar e suas características: Gestão Participativa, Gestão Democrática, Autonomia Escolar e Descentralização Administrativa. Conceito de gestão democrática: trabalho coletivo e colaborativo como constitutivo do princípio educativo e do trabalho docente.
- **Conteúdo Programático 2:** A atuação do gestor escolar: gestão pedagógica e gestão da comunidade.
- **Conteúdo Programático 3:** A atuação do gestor escolar: gestão administrativa.
- **Conteúdo Programático 4:** Desafios da gestão do século XXI: formação continuada, educação 4.0 e as transformações na educação.

Bibliografia básica:

LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Heloísa Lück. – Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PARO, Vitor Henque. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010

PARO, Vitor Henrique. O trabalho do diretor escolar diante do caráter político-pedagógico da escola. In: LUCENA, Carlos e SILVA JUNIOR, João dos Reis (orgs) Trabalho e educação no século XXI: experiências internacionais. São paulo: Xamã, 2012.

Bibliografia complementar:

OLIVEIRA, Ivana e MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. In: Cadernos de pesquisa – v.48 n.169 p.876-900 jul./set. 2018

Disciplina: O Projeto Político Pedagógico e a Gestão Escolar

Ementa: Projeto Político-Pedagógico: fundamentação legal, limites e autonomia para elaboração e, suas finalidades e dimensões. O projeto político pedagógico como possibilidade de transformação da realidade e sua relevância na organização do trabalho docente e seus elementos constitutivos. O papel dos gestores escolares na elaboração e na construção coletiva do projeto político pedagógico e a gestão democrática-participativa como eixo do Projeto Político Pedagógica. O a implementação e avaliação do projeto político pedagógico, e suas interlocuções com o Regimento escolar e com o Plano de Desenvolvimento da Escola.

Competências e Habilidades:

- Identificar as determinações legais e a fundamentação teórica do Projeto Político-Pedagógico em seu contexto social;
- Compreender o papel do Projeto Político-Pedagógico na transformação da realidade e organização do trabalho escolar;
- Compreender o papel da gestão escolar na elaboração e implementação do projeto político pedagógico.

Conteúdo Programático 1: Projeto Político-Pedagógico: fundamentação legal, limites e autonomia para elaboração e, suas finalidades e dimensões.

Conteúdo Programático 2: O projeto político pedagógico como possibilidade de transformação da realidade e sua relevância na organização do trabalho docente e seus elementos constitutivos

Conteúdo Programático 3: O papel dos gestores escolares na elaboração e na construção coletiva do projeto político pedagógico e a gestão democrática-participativa como eixo do Projeto Político Pedagógico.

Conteúdo Programático 4: A implementação e avaliação do projeto político pedagógico, e suas interlocuções com o Regimento escolar e com o Plano de Desenvolvimento da Escola.

Bibliografia básica

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 junho. 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017, **Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (...).**

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola**: Teoria e Prática. 6. edição rev. e ampl: São Paulo: Heccus, 2015

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o Projeto Político-Pedagógico da escola. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.**

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018 **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.**

Bibliografia complementar

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GALDIN, Danilo. **Planejamento**: como prática educativa. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, Heloísa. **A aplicação do planejamento estratégico na escola**. Gestão em Rede, n. 19, p. 8-16, abr. 2000.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. **Progestão**: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Módulo III. Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PROGESTÃO: *como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?*, módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Sousa; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: Uma construção possível. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

Disciplina: A tecnologia e outros paradigmas da gestão escolar

Ementa: Histórico das Tecnologias e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação; Políticas Públicas e programas para o uso das Tecnologias nos espaços escolares; A formação docente e as práticas pedagógicas em diferentes contextos; A Gestão escolar como apoio à ação docente; Gerenciamento para uso intencional dos recursos tecnológicos no espaço escolar; Paradigmas da gestão escolar.

Competências e Habilidades:

- Reconhecer as transformações tecnológicas ao longo do tempo;
- Identificar os impactos do uso das tecnologias nos espaços escolares;
- Planejar ações intencionais para o uso das tecnologias;
- Utilizar ferramentas tecnológicas para a gestão escolar;

- **Conteúdo Programático 1:** Reconhecer as transformações tecnológicas ao longo do tempo;
- Identificar os impactos do uso das tecnologias nos espaços escolares;
- Planejar ações intencionais para o uso das tecnologias;
- Utilizar ferramentas tecnológicas para a gestão escolar;

Conteúdo Programático 2: Políticas Públicas para o uso das tecnologias nos espaços escolares

Conteúdo Programático 3: Formação docente e as práticas pedagógicas em diferentes contextos

Conteúdo Programático 4: Gestão escolar e seus paradigmas.

Bibliografia:

ANDRE, C.F. et.al. **Educação e tecnologias digitais: conceitos, práticas e reflexões**. Ebook Kindle. 2020.

BACICH, L.; NETO, A.T.; TREVISANI, F.M. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Penso. 2015.

MORAN, J. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus. 2013.

Bibliografia complementar

COSTA, I. **Novas tecnologias e aprendizagem**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Gestão Escolar, Políticas e Legislação Educacional

Ementa: Histórico das políticas educacionais e legislação brasileira aplicada à educação. Interfaces Estado-Sociedade-Educação nas políticas e legislação educacionais. Organização da Educação Nacional após a LDB no 9.394/1996, assim como as principais concepções incorporadas. Políticas Curriculares Educacionais após a LDB no 9.394/1996. Os principais fundos de financiamento da Educação Básica no Brasil, como eles atual e os principais desafios. O Plano Nacional de Educação (PNE), sua contribuição e desafios para a superação das deficiências educacionais brasileira.

Competências e Habilidades:

- Compreender a importância de uma visão crítica e consciente sobre as políticas e legislação educacional para uma gestão educacional brasileira transformadora.
- Analisar de forma crítica as Políticas Curriculares Educacionais após a LDB no 9.394/1996.
- Conhecer os principais fundos de financiamento da Educação Básica no Brasil.
- Identificar os impactos do Financiamento da Educação e do Plano Nacional da Educação na gestão escolar.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Políticas e Legislação Educacional: interfaces Estado-Sociedade-Educação.

Conteúdo Programático 2: As políticas educacionais após a LDB no 9.394 de 1996.

Conteúdo Programático 3: Plano Nacional e Financiamento da Educação.

Conteúdo Programático 4: Gestão escolar: concepções e impactos na organização da escola atual.

Bibliografia básica

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 mai. 2020.

GIRON, G. R. **Políticas públicas, educação e neoliberalismo**: o que isso tem a ver com cidadania? Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 17-26, jun. 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/109/97>. Acesso em: 20 mai. 2020.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 877-897, Oct. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 mai. 2020.

SAVIANI, D. **Política educacional brasileira**: limites e perspectivas. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

Bibliografia complementar

CONTI, Celso A.; RISCAL, Sandra A.; SANTOS, Flávio Reis dos. **Organização Escolar**: da administração tradicional à gestão democrática. São Carlos: EdUfscar. Coleção UAB-UFSCar, 2011.

SANTOS, P. S. M. B. dos. **Guia prático da política educacional no Brasil**: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Organização da educação nacional**: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, set. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/5vSs583Yt7RFvrNk5QQztsc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 31 de jul. 2021.

Disciplina: As Relações entre a Práxis e a Formação Docente

Ementa: A didática como disciplina, numa perspectiva histórico-crítica, tem como finalidade contribuir com a formação do professor reflexivo e humanizado, que atue de forma consciente como mediador entre o conhecimento e as práticas pedagógicas num processo capaz de estabelecer a comunicação interpessoal nas relações humanas, educativas e institucionais.

Competências e habilidades:

- Compreender a educação continuada como uma ação que favoreça a formação do professor e a melhoria do processo de ensinar e de aprender.
- Reconhecer a importância da pesquisa e do conhecimento na prática pedagógica
- Compreender aspectos da didática que forneçam instrumentos para o ensino de qualidade, dentre eles, a tecnologia

Conteúdo Programático 1: A *formação do professor: legislação e processo histórico*.

Conteúdo Programático 2: A gestão escolar e a formação continuada do professor.

Conteúdo Programático 3: A nova identidade do professor diante da BNCC.

Conteúdo Programático 4: Novos desafios: o avanço tecnológico e o ensino híbrido.

Bibliografia básica:

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma. Passos Alencastro (org). **Projeto político pedagógico da escola**: Uma construção possível - Campinas, SP: Papirus, 1995.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão educacional e organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: IESDE, 2006.

PERRENOUD, P. (org.). **A prática reflexiva no ofício do professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. 232p.

SCHÖN, D.A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. 3ªEd. Lisboa: Dom Quixote, 1997. 158p.

Disciplina: Políticas de Avaliações Externas e Institucionais

Ementa: Políticas de centralização e descentralização. Concepções de avaliação. A diversificação de instrumentos avaliativos. Políticas de avaliação interna. Políticas de avaliação externa. Avaliação Institucional. Sistema de Avaliação. O papel do gestor e da coordenação pedagógica diante da avaliação externa e institucional. O papel do conselho de classe.

Competências e Habilidades:

- Distinguir concepções de avaliação;
- Identificar as principais políticas de avaliação externa e institucional à Educação;
- Compreender o papel da ação do gestor diante do processo de avaliação;

- Perceber a relevância do conselho escolar na participação do debate escolar.

Conteúdo Programático 1: Avaliação: progresso ou penalização?

Conteúdo Programático 2: Avaliação: relevantes concepções para o alcance interno, externo e institucional.

Conteúdo Programático 3: Avaliação: os principais instrumentos em âmbito nacional.

Conteúdo Programático 4: Avaliação: papel da gestão e conselho escolar na (re)definição de metas.

Bibliografia básica

Arcas, Paulo Henrique. **Avaliação da Educação**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Bibliografia complementar

BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do Saeb. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 101-132. Nov. 1999. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/n108/a05n108.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

COSTA, Vera Lúcia Cabral (Org.). **Descentralização da educação**: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: Cortez, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**, 2021. Apresentação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 21. Jun. 2021.

PEREIRA, C. E. C. Sociedade e educação. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 4, p. 1–12, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9147>. Acesso em: 21 jun. 2021.

Disciplina: Legislação e Políticas Públicas de Inclusão e Multiculturalidade

Ementa: Conceitos, política e fundamentos de educação multicultural, intercultural e inclusiva e sua influência no processo de formação do cidadão. Multiculturalismo e discussões de raça, gênero, etnia e o desenvolvimento dos sujeitos. Adequação do currículo e dos espaços educativos nos contextos multiculturais e inclusivos. Características das deficiências.

Competências e Habilidades:

- Conhecer conceitos e fundamentos interculturais e inclusivos no processo de formação do cidadão
- Desenvolver empatia frente a diversidade humana
- Utilizar procedimentos adequados para adaptação curricular em ambientes multiculturais e inclusivos.
- Identificar as características principais das diversas deficiências.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Conceitos, fundamentos e políticas de educação multicultural, intercultural e inclusiva e sua influência no processo de formação do cidadão.

Conteúdo Programático 2: Multiculturalismo e adequação do currículo e dos espaços educativos nos contextos multiculturais e inclusivos.

Conteúdo Programático 3: Característica das deficiências: Visual, auditiva e física.

Conteúdo Programático 4: Deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista (TEA), e altas habilidades.

Bibliografia

BENUTE, G. R. G. (org). **Transtorno do Espectro Autista:** Desafios da inclusão. São Paulo: Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão:** O que é? Por que fazer? Como Fazer?. São Paulo: Summus, 2015.

PEREIRA, A. A.; COSTA, W. (orgs.). **Educação e diversidade em diferentes contextos.** Rio de Janeiro: Pallas editora, 2015.

Bibliografia complementar

BENUTE, G. R. G. (org). **Surdez e Deficiência Visual**. São Paulo: Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2020.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2015.

HALL, S. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2019.

Disciplina: As Afinidades Eletivas entre Currículo e Sociedade

Ementa: Educação e currículo no Brasil: dos Jesuítas à atualidade; A inter-relação entre as políticas educacionais e o currículo escolar em seus aspectos políticos, filosóficos, culturais e sociais. As concepções do currículo real e do currículo oculto na formação dos professores. Reflexões sobre as Teorias: Não-Críticas, Críticas e Pós-Críticas.

Objetivo: Compreender a inter-relação entre a sociedade e a cultura e suas implicações no currículo escolar.

Conteúdo Programático 1: Educação e currículo no Brasil: dos Jesuítas à atualidade.

Conteúdo Programático 2: A inter-relação entre as políticas educacionais e o currículo escolar em seus aspectos políticos, filosóficos, culturais e sociais.

Conteúdo Programático 3: As concepções do currículo real e do currículo oculto na formação dos professores.

Conteúdo Programático 4: Reflexões sobre as Teorias: Não-Críticas, Críticas e Pós-Críticas.

Bibliografia:

ARROYO, M. Currículo, Território em Disputa. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 6ª Ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: Indagações sobre o currículo. Salto para o Futuro. Boletim 17, Brasília: 2007.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo: políticas e práticas. Campinas: Papyrus, 2006.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/ método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 1994.

Demais referências:

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SILVA, T. T. O currículo como fetiche. Autêntica: Belo Horizonte, 1999.

Disciplina: Formação e Prática do Supervisor Escolar

Ementa: O trabalho desenvolvido pelo Supervisor Educacional, constitui ação de fundamental importância para o funcionamento dos sistemas de ensino no Brasil. Esta disciplina tem por objetivo discutir sobre a formação, atuação e importância do Supervisor Educacional nesse contexto. Tendo em vista o objetivo apontado, serão abordados conteúdos relacionados à constituição histórica do papel do Supervisor ao longo da História da Educação Brasileira, as concepções que permeiam o exercício da função nesse processo, os papéis assumidos por esse ator no cenário educacional, sua intervenção na construção e interpretação dos instrumentos de avaliação da educação, além das políticas públicas educacionais que regem sua atuação. A disciplina abordará ainda, o papel do Supervisor tendo em vista o princípio da gestão democrática, sua intervenção nos espaços escolares e os documentos normativos e orientadores (termo de visita, termo de orientação, escrituração escolar, dentre outros) que são parte integrante do trabalho deste profissional.

Competências e Habilidades:

Espera-se que o aluno ao concluir esta disciplina seja capaz de:

- Compreender a importância da atuação do Supervisor Educacional para o Sistema de Ensino;
- Identificar os processos relacionados à atuação do supervisor educacional;
- Compreender a constituição da função do supervisor educacional como um processo historicamente construído no sistema educacional brasileiro;
- Estabelecer relações entre a atuação do supervisor educacional no processo de gestão democrática do sistema de ensino;
- Correlacionar os documentos produzidos pelo supervisor educacional com as demandas e necessidades do meio educacional;
- Refletir criticamente sobre o papel desempenhado pelo supervisor educacional, sua intervenção e contribuição nos processos educacionais, tomada de decisões e garantia do direito à educação.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: A constituição histórica da função do Supervisor Educacional na História da Educação Brasileira: aspectos históricos, legais e constitutivos da função.

Conteúdo Programático 2: A atuação do Supervisor Escolar nos sistemas de ensino no Brasil: o exercício da função do Supervisor, os documentos normativos inerentes à sua atuação profissional e sua contribuição na formação docente.

Conteúdo Programático 3: A contribuição do Supervisor Educacional no processo de gestão democrática da educação: avaliação institucional interna e externa, interpretação de dados e indicadores educacionais e sua contribuição para a tomada de decisões.

Conteúdo Programático 4: A importância do Supervisor Educacional e sua contribuição para a garantia do Direito à Educação.

Bibliografia Básica:

ALARCÃO, Isabel. **Do olhar supervisor ao olhar da supervisão**. In: RANGEL, Mary (Org.). Supervisão pedagógica: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 8. ed., São Paulo: Summus, 1996.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 14. ed., São Paulo, Cortez, 2011.

FERREIRA, Naura Syria C.(org.) **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2010.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 19. ed. São Paulo: Loyola Edições, 2011.

LIBÂNEO. José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo. Loyola, 1985.

_____. José Carlos, OLIVEIRA João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. 10. ed., Petrópolis: Vozes, 2013.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 2. ed., São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel (Org.). **Supervisão Escolar**: avanços de conceitos e processos. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas; Autores Associados, 2010.

SILVA JUNIOR, Celestino A. (Org.). **Nove olhares sobre a supervisão**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Coleção Magistério. 29. ed., Campinas, SP: Papirus, 2011.

Legislação:

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília/DF: 1988 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > Acesso em: 15/05/2022.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15/05/2022.

_____. Parecer CNE/CP nº 009., de 08 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf> >. Acesso em: 15/05/2022.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC – Formação Continuada). Disponível em: < <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724> > . Acesso em: 15/05/2022.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE. Juarez de. PAIVA, Lauriana G. de (Org.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **O Direito à Educação e a Nova Segregação Social e Racial o Tempos Insatisfatórios?** Educação em Revista. Belo Horizonte/MG: v.31. n.03. P 15-47. Julho – setembro – 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/TvhHNQd9rys6nwV9ghM9t9M/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 15/05/2022.

SAVIANI. Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. – 2. ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

